

RAÇA SOCIAL

Uma leitura sobre a racialidade brasileira

DA VENCEDORA DO PRÊMIO JABUTI 2024

BÁRBARA
CARINE



Planeta

RAÇA SOCIAL

Uma leitura sobre a racialidade brasileira



**BÁRBARA
CARINE**



Planeta

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

Copyright © Bárbara Carine Soares Pinheiro, 2026

Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2026

Todos os direitos reservados.

Preparação: Mariana Gomes

Revisão: Juliana Rodrigues e Daniele Débora de Souza

Projeto gráfico e diagramação: Renata Zucchini

Capa: Oga Mendonça

Imagem de capa: “Madalena”, de Desali (2020)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Angélica Ilacqua CRB—8/7057

Carine, Bárbara

Raça social: uma leitura sobre a racialidade brasileira / Bárbara Carine. – São Paulo : Planeta do Brasil, 2026.
192 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-422-4017-7

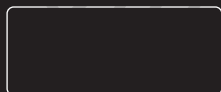
1. Brasil – Relações raciais 2. Programas de ação afirmativa
3. Identidade étnica 4. Ciências sociais I. Título

25-5570

CDD 305.896081

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil – Relações raciais



Ao escolher este livro, você está apoiando o manejo responsável das florestas do mundo

2026

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.

Av. Paulista, 854, 2º andar – Bela Vista

São Paulo – SP – CEP 01310-913

www.planetadelivros.com.br

faleconosco@editoraplaneta.com.br

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

11 PREFÁCIO, POR HELIO SANTOS

21 APRESENTAÇÃO

29 O QUE É RAÇA, AFINAL?

35 Escravos, não escravizados

40 Escravidão ontológica brasileira

46 “Somos todos humanos”

53 QUEM É BRANCO NO BRASIL?

59 O mito da democracia racial

67 Racismo à brasileira

76 Racialidade de estampa
e territorial

81 QUEM É NEGRO NO BRASIL?

90 Preconceito racial de marca

95 “Você é preta”

**107 COTAS RACIAIS PARA PESSOAS
NEGRAS: UMA CONQUISTA
HISTÓRICA DOS MOVIMENTOS
NEGROS ORGANIZADOS**

111 Quem é contra as cotas?

111 A NARRATIVA DA HARMONIA RACIAL

114 AFRO-OPORTUNISMO

118 ACABARAM COM A CATEGORIA NEGRO?

120 Antirracismo

127 Quando as cotas favorecem
a branquitude

**133 O MOVIMENTO NEOPARDO COMO A
REEDIÇÃO DO MITO DA DEMOCRACIA
RACIAL NO BRASIL**

140 A celebração da mestiçagem e
o movimento negro brasileiro

147 Os povos indígenas
no movimento NeoPardo

152 Em nome da memória de
nossos ancestrais

159 POSFÁCIO, POR ÉRICO ANDRADE

166 NOTAS DE FIM

178 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RAÇA É UM CONCEITO QUE SE ALTEROU

ao longo dos tempos, sofrendo mudanças em diferentes territórios. Aqui passaremos pela história da construção do conceito dentro das ciências naturais e por sua recente migração das áreas biomédicas para as ciências sociais no Brasil, entendendo as diferenças territoriais externas e internas em relação ao nosso país. A filósofa brasileira Sueli Carneiro, em seu livro *Dispositivo de racialidade*, não coloca raça

como uma categoria biológica, mas como um dispositivo social e político que opera a racialidade por meio de relações de poder, violências e colonialismos, ou seja, para ela raça seria um constructo social produtor de desigualdades. Nesse sentido, *raça social* – primeiro porque se trata de uma invenção humana, portanto social, segundo porque o conceito se mantém vivo na atualidade, nas relações sociais de poder e nas ciências sociais que a estudam.

De modo geral, todos nós notamos nossas diferenças. Características como cor da pele e dos olhos, textura capilar e traços faciais variam de pessoa para pessoa. No século 18, as ciências biomédicas decidiram agrupar humanos com características físicas semelhantes, justificando-as com base em constituições genéticas distintas. O botânico sueco Carl Linnaeus (1707-1778) desenvolveu um sistema de classificação com base em gênero e espécie utilizado até os dias atuais. Todo ser vivo passou a ser nomeado de acordo com esse sistema. Contudo, Linnaeus introduziu outro aspecto nessa taxonomia para pensar os seres humanos: ele

inseriu a pigmentação como um fator decisivo na classificação dos diferentes “humanos”. Segundo o botânico, estes eram os grupamentos humanos: *Asiaticus* – pessoas com “pele amarela”; *Americanus* – indígenas norte-americanos, com “pele vermelha”; *Africanus* – pessoas de “pele preta”; e *Europaeus* – de “pele branca”.*

Foi assim que surgiu o conceito de raça nas ciências biomédicas. Os cientistas passaram a associar as diferenças estéticas, portanto fenotípicas, às variações genéticas dos diferentes grupos. Em outros termos, a população negra teria genes que propiciaram essa estética, o mesmo para os povos amarelos, brancos e de pele vermelha, ou seja, o genótipo informaria o fenótipo.

Com o conceito de raça, surgiu a opressão do racismo. Ou teria sido o contrário? Foi justamente por causa do racismo que as raças foram criadas? O fato é que, com o surgimento

* Apesar de essa classificação ter “caído” definitivamente no início deste milênio por meio de estudos do Projeto Genoma Humano (como será aprofundado posteriormente), no âmbito social, a estrutura categórica racial parece continuar sendo exatamente a de Carl Linnaeus na sociedade brasileira.

dessa noção, rapidamente uma série de cientistas hierarquizou as diferentes raças, colocando o europeu no topo. Não por acaso, cientistas europeus, que mobilizavam diferentes áreas do conhecimento com práticas empíricas, ou seja, experimentos, buscando provar a superioridade dos povos brancos em relação aos povos não brancos. Tudo isso em um contexto de acumulação primitiva do capital, sutilmente nomeada de mercantilismo pelos europeus, mas que, na realidade, correspondia a uma expansão colonial e escravocrata na qual eles fizeram às vezes do próprio demônio judaico-cristão: aquele que, segundo as escrituras bíblicas, “veio para matar, roubar e destruir”. E foi exatamente isso o que fizeram, deixando um rastro de sangue e destruição por onde passavam.*

A partir desse cenário, a ciência europeia desenvolveu a noção de raça e, com as hierarquias provenientes dela, justificaram a escravidão ontológica humana.

* Todo esse contexto de dominação e destruição levou o intelectual martinicano Aimé Césaire, em seu livro *Discurso sobre o colonialismo*, à proposição da célebre frase: “A Europa é indefensável”.

Escravos, não escravizados

Entre aqueles contrários à militância negra na atualidade – tanto os que se beneficiam com as desigualdades raciais quanto os alienados, que acreditam estar em condição de vantagem social, embora sejam esmagados diariamente pelo sistema –, é muito comum escutarmos o argumento de que, pelo fato de os próprios africanos escravizarem outros africanos, seria equivocado lamentar a escravidão no Brasil ou cobrar políticas reparatórias em relação às consequências dela. Entretanto, cabe destacar que, ainda que tenha havido, sim, escravidão na África, como também na Grécia, em Roma, na Pérsia e em todos os grandes impérios da antiguidade desde a revolução neolítica, nenhuma delas se igualou, nem sequer se aproximou, à escravidão nas Américas.

Em *Biografia de Mahommah Gardo Baquaqua: um nativo de Zoogoo, no interior da África* – tida como a única narrativa autobiográfica publicada (no formato de livro) por alguém que viveu como escravizado no Brasil –,

Baquaqua relata a experiência de ter sido escravizado na África Central e ter tido a dívida paga pela mãe, fato que o libertou. Ele compara essa vivência com a escravidão vivida no Brasil, em Pernambuco. No livro, ele relata os horrores que presenciou e sofreu desde o embarque no navio tumbreiro – assim chamados porque se tornavam verdadeiras tumbas flutuantes, com altíssimas taxas de mortalidade, em que os corpos dos mortos eram jogados no mar, prática que chegou a alterar a rota dos tubarões no Oceano Atlântico; isso quando os escravizados não eram jogados ainda vivos ao mar por estarem doentes, para morrerem afogados, como ocorrido no massacre de Zong.*

* O massacre de Zong ocorreu em 1781, quando a tripulação de um navio negreiro britânico lançou ao mar 132 africanos escravizados, alegando, entre outros motivos, escassez de água como justificativa para pleitear seguro pela “carga perdida”. O caso ganhou repercussão no Reino Unido, alimentando o debate abolicionista. Apesar das tentativas de levá-los a julgamento por homicídio, os responsáveis jamais foram punidos. BBC NEWS BRASIL. O massacre de Zong: a tragédia de 1781 que impulsionou movimento abolicionista no Reino Unido. 17 dez. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-55333175>. Acesso em: 2 out. 2025.

Em sua autobiografia, Baquaqua conta que durante o tráfico desejava morrer diariamente diante das condições desumanas às quais foi submetido com todas as demais pessoas negras sequestradas. Ao chegarem às terras brasileiras, essa desumanização se intensificou de maneira absurda e o “inferno na Terra”, que foi a escravidão nas Américas, começou. Tratava-se de um regime escravocrata muito diferente das demais experiências de escravidão do mundo, pois não era por dívida, cujo pagamento garantia liberdade, ou por conflito étnico, de acordo com o qual se sua comunidade fosse escravizada em um dia, mas no dia seguinte vencesse a batalha, os polos dessa relação de poder se invertiam. Era uma escravidão de base ontológica. Eram escravos justamente por serem inumanos, algo como uma marca indelével.

Ontologia é a área da filosofia que estuda o *ente* enquanto *ente*, ou, em outros termos, refere-se a pensar a essência das coisas. O que é que faz um “copo” ser um “copo”? Quais características essenciais do copo foram apreendidas e estão no imaginário coletivo social

para que eu lance um olhar sobre um copo que eu nunca vi e saiba de imediato do que aquele objeto se trata?

No caso dos humanos, segundo a ciência moderna europeia, o marcador ontológico é a razão. Afinal de contas, o ser humano é um animal racional. Nesse sentido, o racismo científico tratou de desumanizar pessoas da raça biológica negra, uma vez que, naquele contexto, por meio de experimentos craniométricos diversos, chegaram à conclusão de que negros não haviam evoluído à condição humana pois não pensavam, eram corpos que performavam desprovidos de racionalidade. Tratava-se de corpos puros, que ofereciam exatamente o que um corpo carente de pensamento é capaz de oferecer: sexo e força de trabalho braçal. É justamente daí que vem a ideia de que pessoas negras devem ser hipersexualizadas ou de que apenas servem para trabalhos manuais, e não funções intelectuais, como as de educadoras, escritoras, gestoras, entre muitas outras.

Tudo isso para justificar que **pessoas negras foram ontologicamente destituídas de huma-**

nidade, fato que sustentou o ideário de uma escravidão ontológica. É escravo porque não é gente. E era escravo mesmo, não escravizado.

O escravizado era o sujeito paciente da ação de um agente. O termo remete a uma relação dual, causal e em movimento. Já o escravo é um aprisionado à condição ontológica, que assim surgiu no mundo com uma marca indelével, um servidor nato – alguém que existe no mundo a partir da desumanização, vive em meio a ela e a tem como fim. Foi exatamente o que fizeram na escravidão das Américas. Quando essa pré-história humana já havia sido superada por inúmeras civilizações, resgatou-se e potencializou-se aqui esse modo de produção horripilante como base econômica estrutural do capital. As memórias dos nossos ancestrais foram apagadas, as identidades pessoais e coletivas foram destruídas, qualquer possibilidade de aquilombamento foi aniquilada; coisificaram o que era gente, mercantilizaram o que era humano.

Para Frantz Fanon, no livro *Os condenados da Terra*, a escravidão e o colonialismo são

sistemas de violência indissociáveis, que não apenas subjugam fisicamente os povos colonizados, como também destroem identidades, levando aqueles que compõem esses povos a um profundo sofrimento psíquico.

Escravidão ontológica brasileira

No Brasil, a humanidade negra ainda não foi reconquistada. Mesmo com a abolição da escravatura, que não tem nada de benevolência da princesa Isabel, como muito bem relata Tiago Rogero em seu livro *Projeto Querino: um olhar afrocentrado sobre a história do Brasil*, a liberdade institucional foi uma conquista popular: a princesa Isabel, que assumia o trono no contexto de uma viagem do pai, D. Pedro II, se viu pressionada a assinar a Lei Áurea diante dos inúmeros levantes populares que ocorriam no império. A abolição da escravatura foi uma conquista social oriunda dos movimentos abolicionistas dentro e fora do Brasil. Entretanto, o dia 13 de maio de 1888 não ficou registrado como um marco na nossa história, pois a liber-

dade segue sendo uma luta constante, um sonho de toda e qualquer pessoa negra brasileira que aspira dignidade de vida.

O dia que efetivamente entrou para a nossa história foi o 14 de maio de 1888 – como afirmou de forma brilhante em uma entrevista o professor e ativista histórico do movimento negro brasileiro Helio Santos, “o dia 14 de maio de 1888 é o dia mais longo da nossa história”.² Ele dura até hoje. Uma realidade que foi transformada em poesia musical pelos cantores e compositores baianos Lazzo Matumbi (1957-) e Jorge Portugal (1956-2020) ao escreverem “14 de maio”:

No dia 14 de maio, eu saí por aí
Não tinha trabalho, nem casa, nem pra onde ir
Levando a senzala na alma, subi a favela
Pensando em um dia descer, mas eu nunca desci

Zanzei zonzinho em todas as zonas da grande agonia
Um dia com fome, no outro sem o que comer
Sem nome, sem identidade, sem fotografia
O mundo me olhava, mas ninguém queria me ver.³

Mesmo o Brasil tendo sido o último país das Américas a acabar institucionalmente com a escravidão ontológica – digo em esfera institucional, pois sabemos que a escravidão contemporânea ainda é uma realidade clandestina no nosso país –, não houve uma preocupação no sentido de humanizar pessoas negras, em termos de melhores condições de vida. Não houve preocupação com moradia, saúde, educação, saneamento básico, alimentação, lazer, trabalho nem com outros direitos básicos. Nenhuma política reparatória ou indenizatória foi pensada no contexto do pós-abolição, pelo contrário, a preocupação se deu com os senhores que receberam compensação financeira do governo por terem perdido ativos econômicos, as mercadorias mais importantes: os seres humanos negros escravizados.

No livro *A dívida impagável*, a filósofa e artista brasileira Denise Ferreira da Silva destaca que, mesmo após mais de três séculos de escravidão no Brasil, nunca se pensou em indenização financeira, como ocorreu com os judeus e seus descendentes pós-Holocausto.

Deveria haver, sim, no país uma reparação econômica, no sentido direto indenizatório, pelos séculos de trabalho forçado, que renderam acúmulo econômico histórico para a comunidade branca no Brasil contemporâneo, além das milhares de mortes no Holocausto negro brasileiro. Ou, minimamente, algum tipo de tributação justa ou zero, como destaca a autora Eliane Barbosa da Conceição, na obra *Tributação justa, reparação histórica: uma discussão necessária*. Contudo, em anos de luta dos movimentos sociais negros no Brasil pouco avançamos em ações afirmativas e políticas reparatórias, isso porque a nossa humanidade segue sendo desconsiderada. Em vez de estarmos pautando algum tipo de indenização econômica direta, o pouco conquistado mediante as cotas para negros em espaços de poder ainda vive sob constante ameaça por uma branquitude (conceito apresentado no próximo capítulo) que continua em sua sanha colonialista de manter os próprios privilégios custando os direitos de quem custar.

O racismo científico, o da idealização e da hierarquização da noção de raças, foi o principal legitimador da escravidão nas Américas, tratando de animalizar pessoas negras.

Se animais, erroneamente, eram cobaias em experimentos científicos, negros também eram. Se animais eram objetificados e transformados em mercadorias, negros também eram. Se animais eram expostos em mostras científicas e zoológicos, negros também eram.

Temos relatos e imagens, até 1958, que provam a existência de degradantes zoológicos humanos, também chamados de exposições etnológicas. Tratava-se da exposição pública de seres humanos, em especial negros africanos e indígenas, com o intuito de destacar a superioridade estética e cultural dos europeus frente a esses povos.

No ano de 1958 – mainha já tinha 8 anos, e painho 26 –, famílias congolezas inteiras eram expostas em jaulas e zoológicos humanos na cidade de Bruxelas para a diversão dos belgas. O rei belga Leopoldo II foi um dos maiores genocidas da história mundial, mas talvez você

conheça apenas Hitler, pois vidas negras seguem lutando por humanidade, principalmente a partir do reconto das próprias histórias. Até o ano de sua morte, em 1909, o rei Leopoldo II, governante do Estado Livre do Congo, hoje República Democrática do Congo,^{*} teve um governo, que teve início em 1865, marcado por escravizações, espancamentos, assassinatos e inúmeras mutilações de homens, mulheres e crianças; além disso, o monarca adorava acumular e expor fotografias de pessoas mutiladas.

Essas e tantas outras práticas cruéis, ainda hoje ocultadas da história hegemônica ocidental, foram autorizadas por um racismo que, durante séculos dentro das ciências, conforme dissemos, hierarquizou grupos humanos por meio da noção de raça, aproximando as pes-

* O Estado Livre do Congo (1885-1908) foi uma possessão pessoal do rei Leopoldo II, da Bélgica. Durante esse período, milhões de congoleses foram mortos devido a trabalhos forçados, doenças, fome e violência sistemática. Estimativas sugerem que cerca de 10 milhões de pessoas foram mortas. IAS, Valéria. É preciso resgatar a memória histórica quando o honroso se torna desonroso. *Rádio USP*, 8 jul. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/e-preciso-resgatar-a-memoria-historica-quando-o-honroso-se-torna-desonroso/>. Acesso em: 2 out. 2025.

soas negras mais dos ancestrais primatas do que das pessoas brancas – por meio de estudos científicos, não pseudocientíficos, como a ciência contemporânea sinaliza com o objetivo de varrer para debaixo do tapete a própria responsabilidade com uma história humana que tem um longo rastro de sangue, violências e violações diversas.

“Somos todos humanos”

Até os dias de hoje, sempre que uma pessoa negra é chamada de “macaca” em um estádio de futebol, ou em uma discussão qualquer, torna-se evidente que essa memória racista segue firme como paradigma existencial. Chama-se um negro de “macaco” não para dizer que ele se parece com um (o que já seria bastante ofensivo), mas para informá-lo de que ele não alcançou a condição humana e, portanto, não tem paridade existencial com o racista agressor verbal. Para ele, ambos se distinguem na discussão: o humano e o inumano.

Atualmente, o que mais escutamos no Brasil ao levantarmos o debate racial é que isso é “mi-mi-mi”, pois raça não existe. Inclusive, alguns municípios brasileiros, por meio do papel deplorável de certos vereadores, têm sancionado o Dia da Consciência Humana como uma contraposição bizarra ao Dia da Consciência Negra, objetivando invalidar a data. Como uma espécie de cortina de fumaça, eles até estão certos, mas no fundo é como se não reconhecessem a nossa humanidade, com o desejo de apenas seguir nos pulverizando e enfraquecendo a nossa luta. **Ninguém sonha mais com o Dia da Consciência Humana do que as pessoas negras e indígenas. O dia em que o sistema da branquitude brasileira vai parar de nos matar de tantas formas: física, intelectual, emocional, religiosa e afetivamente.** Sonhamos muito com o dia em que teremos paridade nas oportunidades de emprego, de moradia, de acessos aos espaços de poder. O dia em que o Brasil acordará para a consciência coletiva da nossa humanidade. Até lá, precisamos continuar fazendo baru-

lho, nos impondo, denunciando violências e cobrando justiça e equidade.

A realidade é que essa conversa de que “raça não existe” representa uma meia-verdade. Do ponto de vista biológico, o Projeto Genoma Humano jogou uma pá de cal nas hierarquias genéticas estabelecidas historicamente pelas ciências de bancada, uma vez que desassocia genótipo de fenótipo, uma premissa basilar do racismo científico. Concluído no ano de 2003, o Projeto Genoma Humano constatou que as diferenças genéticas entre indivíduos humanos eram muito pequenas, chegando à conclusão de que cerca de 0,02% dos genes humanos têm variações de acordo com o fenótipo dos diferentes sujeitos das quatro pretendidas raças humanas. Essa pesquisa, inclusive, concluiu que havia mais variações genéticas dentro da própria raça do que entre elas.⁴ Com isso, logo ali naquele ano, há pouco mais de duas décadas, encerrou-se de vez a dúvida biológica sobre as nossas constituições genéticas e suas implicações para as diferentes raças.

A raça humana passou a ser uma só, mas se esqueceram de avisar à polícia, às escolas e universidades, à mídia televisiva, aos centros de saúde, às lideranças empresariais e a todos os espaços de poder na nossa sociedade. Neste país, onde uma pessoa negra ou indígena é violentada por sua condição existencial, a raça está viva como uma categoria subalternizante da sua existência. Não adianta afirmar com uma retórica vazia que o conceito de raça não existe. Raça e racismo são indissociáveis. Se o racismo – uma opressão estrutural que tem o marcador da racialidade como um dispositivo hierarquizador de pessoas – existe, a noção de raça segue mais viva do que nunca entre nós. Segue dissimulado, mas segue. Segue cínico, mas segue. Segue nos fazendo de “loucos” perante toda a sociedade, pois dizemos sofrer de um mal extirpado. É a “neurose cultural brasileira”, como nomeara a grande antropóloga e filósofa brasileira Lélia Gonzalez no memorável ensaio “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, de 1983.

Por fim, vale ressaltar que há uma grande diferença entre as noções de raça e etnia, comumente confundidas em nosso país. Etnia envolve diversos fatores culturais, como tradições, costumes, línguas e religiões. Podemos entender melhor a partir do exemplo dos povos indígenas no Brasil, que compõem uma única raça social, constituída por cerca de 305 etnias, que, falando em torno de 274 línguas, são responsáveis por grande parte da diversidade cultural do povo brasileiro. Ao passo que a raça tem bases fenotípicas, portanto, físicas, e se estrutura como um constructo social oriundo do racismo científico.

